

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM DGP/INSS - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Realizada: 25 de setembro do corrente ano, na sala da DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Reunião contou com as seguintes representações:

- **INSS:** José Nunes Filho, diretor de Gestão de Pessoas, e Oliveiros Silva Mendes Junior, substituto da Divisão de Desenvolvimento de Carreiras.
- **CNTSS/CUT Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social:** Sandro Cezar, presidente; Terezinha de Jesus Aguiar, secretária de Comunicação; e Célio dos Santos, diretor Executivo.
- **Sindicatos nos estados:** Jesulina Regis dos Santos – Sintfesp/GO-TO; Ângela Maria Alves de Souza – Sintfesp/ GO-TO; Francisco Pereira – Sintfesp/GO - TO; Ronaldo Augusto de Alcântara – Sindprev/AL; Heleno Teixeira da Silva – Sindsprev/PB; Antônia Ferreira da Silva – Sindsprev/DF; Edair Rosa de Souza – Sindsprev/DF; José Adriano Brito da Silva – Sindsprev/DF; Fernanda M^a Cardoso da Silva – Sindsprev/MA e Olivia Maria de França - jornalista Sindsprev/DF.

Pauta:

1. Relatório TCU – Tribunal de Contas da União - Acórdão 1.475/2013;
2. Nota Técnica 03/2014 DDC/CGP/DCP/INSS;
3. Turno Estendido;
4. Situação Funcional dos Anistiados;
5. Concurso de Remoção;
6. Bolsas de Estudos;
7. Progressão;
8. Abono de Permanência;
9. Operação da Polícia Federal numa Agência em Anápolis;
10. Código da Greve de 2005;

A secretária de Comunicação da CNTSS/CUT, Terezinha Aguiar, inicia a reunião destacando a importância do encontro para a Confederação e para os Sindicatos Estaduais em virtude da situação de stress por que passam os trabalhadores do INSS em seus locais de trabalho. Fez questão de frisar que se trata de tudo o que envolve as relações de trabalho, como exemplos o final do ciclo do REAT- Regime Especial de Atendimento em Turnos, vinculados ao cumprimento de metas a partir de indicadores estabelecidos pelo Plano de Ação em cada APS; as expectativas levantadas com relação à Nota Técnica divulgada nos e-mails de cada trabalhador e que até a presente data não há qualquer retorno para os servidores quanto a implantação da mesma.

Aproveitou a ocasião para solicitar informações sobre a existência de GT - Grupo de Trabalho, no âmbito do Planejamento, para tratar dos temas relacionados no relatório do TCU – Tribunal de Contas da União, inclusive sobre a incorporação da GDASS – Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguro Social.

Outro ponto que preocupa os representantes da Confederação, que já se posicionou sobre a questão, trata-se do grande número de servidores em abono de permanência, em licenças para tratamento de saúde e as aposentadorias. Tais situações implicam no acúmulo de tarefas e cada vez mais piora as condições de trabalho.

Após esta breve explanação a discussão foi tratada ponto a ponto.

1. Relatório TCU, Acórdão 1.475/2013:

A CNTSS/CUT solicitou informações a respeito de como as direções do INSS, do Ministério da Previdência e do Ministério do Planejamento estão vendo o Relatório 1.475/2013 do TCU – Tribunal de Contas da União. Terezinha Aguiar destacou do Relatório do TCU as preocupações manifestadas pela Auditoria acerca das questões relacionadas aos riscos de insuficiência da força de trabalho no INSS, o comprometimento da concessão dos benefícios do RGPS - Regime Geral da Previdência Social, a revisão da lotação ideal, definição de lotação ideal para área meio, os critérios da avaliação individual e o concurso público para reposição das aposentadorias.

Em resposta, José Nunes Filho informou que não existe um GT- Grupo de Trabalho, mas que têm ocorrido discussões conjuntas, no âmbito do Planejamento, sobre as questões levantadas pelo TCU. O INSS criou um grupo de trabalho interno para analisar o relatório e vai emitir sua opinião acerca do seu conteúdo e encaminhar o que for de sua competência. O INSS tem conhecimento, assim como o Planejamento, das demandas levantadas no relatório e como serão encaminhadas. Nunes informou que muitas demandas já são objeto de preocupação pela Direção do INSS e MPS. O diretor do Instituto destacou preocupação quanto à recomposição da lotação nas gerências, ou seja, áreas meio. Esta mesma preocupação foi levantada pelo representante do Sindicato de Alagoas, Ronaldo.

2. Nota Técnica 03/2014 DDC/CGP/DCP/INSS:

A CNTSS/CUT solicitou informações sobre a Nota Técnica 03/2014/DDC/CGP/DGP/INSS, que trata da redução parcial da parcela variável na remuneração com a migração para parcela fixa dos salários dos trabalhadores da carreira do Seguro Social. Lembrou que essa proposta foi elaborada e aprovada no CGNAD - Comitê Gestor da Avaliação de Desempenho, em maio deste ano.

Em resposta, José Nunes Filho informou que a Nota Técnica foi encaminhada para a Ministra do Planejamento, Míriam Belchior, e que até o presente momento ela não se manifestou.

Para o presidente da CNTSS/CUT, Sandro Cezar, “é hora da Confederação organizar e mobilizar a categoria e cobrar a resposta para os trabalhadores. É também hora da categoria fazer o que tem que ser feito, ou seja, cobrar do Planejamento uma resposta da ministra Míriam Belchior. Vamos convocar os Sindicatos, elaborar uma agenda em defesa das mudanças e temos que estar preocupados com a qualidade de vida dos trabalhadores.”

3. Turno Estendido:

A CNTSS/CUT solicitou informações sobre como estão sendo feitas as avaliações do Turno Estendido. Na oportunidade, os presentes destacaram de forma unânime as dificuldades de cumprir os indicadores do plano de ação frente aos problemas de ordem do sistema de informatização e de falta de pessoal.

José Nunes Filho informou que está programada uma reunião com todos os membros da Diretoria Colegiada do INSS para tratar dos problemas enfrentados pelos servidores nos locais de trabalho. Nunes informou que as agências, no geral, estão com a lotação razoável e que têm diminuída a necessidade de solicitação de colaboração de servidores para ajudar no atendimento de outras APS's, o que significa redução das viagens.

4. Situação Funcional dos Anistiados:

A CNTSS/CUT destacou situações de corte da concessão de Vale Transporte para trabalhadores anistiados no estado de Alagoas. Nunes informou que não há na legislação impedimento da concessão de VT para os servidores anistiados, pelo contrário, os celetistas têm direito ao benefício.

5- Concurso de Remoção:

A CNTSS/CUT solicitou informações quanto à movimentação dos trabalhadores que fizeram concursos de remoção e ainda não foram contemplados para ocupar as vagas surgidas nas capitais.

José Nunes Filho informou que, em 2010, foram publicados três editais de remoção para técnico. O caso de Alagoas foi informado pelo Diretor da SOGP - Seção Operacional de Gestão de Pessoas da Gerência Executiva do INSS a impossibilidade da remoção, enquanto sobrevier novo concurso de remoção.

6. Bolsas de Estudos:

A CNTSS/CUT solicitou informações acerca da paralisação da concessão de bolsas de estudos desde 2012. José Nunes Filho informou que, de fato, foi paralisada a oferta de bolsas nos anos de 2010 e 2011, mas que em 2012 e 2013 isso não ocorreu. Disse, ainda, que já foi emitida uma Resolução disciplinando o Programa de Bolsa de Estudos. Agora será emitido um Edital para abrir vagas. Destacou que será para graduação e pós-graduação lato sensu. Informou que a concessão das bolsas passará a ser anual e que logo após esse primeiro Edital também será oferecida para curso de línguas.

7. Progressão:

A CNTSS/CUT solicitou informações sobre a concessão da progressão funcional com o interstício em 18 meses, quando deveria continuar utilizando o interstício de 12 meses. Isto vem causando prejuízos nos vencimentos dos trabalhadores.

Para José Nunes Filho esta questão não é possível de ser tratada no âmbito administrativo, ou seja, não tem como reconhecer administrativamente e concluiu: “só quando houver alteração da Lei”.

8. Abono de Permanência:

A CNTSS/CUT solicitou informações quanto à concessão do Abono de Permanência.

José Nunes Filho informou que tem direito ao abono o servidor que já reuniu todas as condições para aposentadoria.

9. Operação da Polícia Federal numa Agência em Anápolis:

A CNTSS/CUT informou sobre a Operação da Polícia Federal que desarticulou uma quadrilha de fraudadores de benefícios sociais numa Agência em Anápolis. Destacou que os equipamentos, CPUs, de duas servidoras que estavam trabalhando na APS foram levados pela polícia e as mesmas estão suspensas do trabalho até segunda ordem.

Os questionamentos levantados pela Confederação é a forma como as coisas são conduzidas, fragilizando os trabalhadores diante dos segurados e da sociedade. Todos que estão ali trabalhando são punidos, são execrados sem direito de defesa diante da ação da polícia. Sandro César destacou que a CNTSS/CUT não é contra a operação deflagrada pela polícia, mas é contra a forma como é conduzida, condenando todos que estão ali trabalhando.

Terezinha Aguiar lembrou que esteve em reunião na APS, em 18 de setembro, e até aquela data nenhum gestor conversou com os funcionários para dar apoio à continuidade dos trabalhos na unidade. O Superintendente Regional esteve na APS no período da tarde e também não manifestou qualquer apoio aos funcionários. Neste sentido, a Confederação cobra da SOGP uma medida protetiva e humanizada para os casos das Agências que são alvos das operações da Polícia Federal, com pedido de acompanhamento psicológico durante e após essas operações. Inicialmente vistos como indiciados e depois, se não comprovado, sua reputação já está prejudicada perante a sociedade.

José Nunes Filho disse que não tinha informações da operação nessa Agência, mas concorda que é importante humanizar as relações de trabalho no INSS. Segundo ele, tem sido uma marca dessa gestão a preocupação com a qualidade de vida dos seus funcionários. Ele se comprometeu que naquele dia mesmo tomaria as providências necessárias para minorar os prejuízos advindos desta situação por que passam os funcionários da APS Anápolis. Informou que as operações da PF são sigilosas e que a SOGP não é comunicada que vai acontecer.

Para o presidente da CNTSS/CUT, Sandro Cezar, essa questão que envolve operações de investigação é preciso cautela, pois a Polícia Federal não avisa que vai chegar, mas, ao mesmo tempo, não podemos também assistir que os colegas sejam agredidos na execução do seu trabalho. Foi proposto que a CNTSS/CUT peça uma agenda com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, para tratar dessa questão.

10. Código da Greve de 2005:

A CNTSS/CUT informou que há casos de servidores que estão com problemas na hora de aposentar por conta dos códigos da Greve de 2005. Terezinha Aguiar lembrou que nessa greve foi feito um acordo com o Governo que incluía a reposição dos dias parados com a devolução dos descontos efetuados e retirada dos códigos de greve.

José Nunes Filho informou que recebeu um ofício encaminhado pela CNTSS/CUT de Goiás e que o mesmo está tramitando. Informou que a Direção do INSS reconhece o Acordo de Greve de 2005 e que está resolvendo pontualmente caso a caso as situações que colocam em riscos as aposentadorias e a tendência é a retirada dos códigos de greve do histórico funcional dos servidores.

11. Choque Geracional:

Durante a reunião o representante do SINDPREV-DF, Edair, manifestou sua preocupação com o comprometimento do clima organizacional entre os servidores que estão há mais de 20 a 30 anos no INSS e aqueles que estão chegando admitidos após os concursos de 2003 para gerências e/ou funções de supervisão no âmbito das APS's.

Segundo ele, há claramente um conflito estabelecido e que isso impacta no desenvolvimento do trabalho, na produção e produtividade, enfim, na qualidade de vida no trabalho. Destacou que a velha geração detém o conhecimento e a nova geração a tecnologia.

Para José Nunes Filho as informações de Edir são pertinentes e têm sido umas das preocupações da SOGP, que tem discutido essa questão com objetivo de minorar esses conflitos nos locais de trabalho.

12. Avaliação da Reunião:

Todos que participaram da reunião concluíram que foi positiva e produtiva, além de esclarecedora e informativa. Apontou para a Direção da CNTSS/CUT a necessidade de proceder alguns encaminhamentos o mais rápido possível, especialmente relativos à questão de GDASS. Sandro Cezar, presidente da Confederação, reitera que os trabalhadores esperam isso da entidade e que vai convocar os Sindicatos para deliberar sobre o assunto. Espera-se a aprovação de uma agenda em Brasília depois do primeiro turno das eleições presidenciais. Informamos que o presente relatório teve a contribuição da companheira Fernanda do Sindicato do Maranhão

Terezinha Aguiar
Secretaria de Comunicação da CNTSS/CUT.